

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em

09/06/2012

de 14

De 141 Matr. 46921/SF

MPV 571



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em

00487

| PROPOSIÇÃO  | CLASSIFICAÇÃO                                 |
|-------------|---|
|             | ( ) SUPRESSIVA ( ) SUBSTITUTIVA ( X ) ADITIVA |
| MP 571/2012 | ( ) AGLUTINATIVA ( ) MODIFICATIVA             |

PLENÁRIO

| AUTOR                 | PARTIDO | UF | PÁGINA |
|-----------------------|---------|----|--------|
| Deputado Carlos Magno | PP      | RO | 1/1    |

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, na Medida Provisória 571, de 2012:

Art. 1º Dê-se aos §§ 4º e 5º do art. 59 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 a seguinte redação:

"Art. 59.....

§ 4º No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, e serão suspensas as sanções relativas à supressão irregular de vegetação nativa.

§ 5º Cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para a regularização ambiental das exigências desta Lei, nos prazos e condições neles estabelecidos, as multas referidas neste artigo serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA." (NR)

Justificativa

A alteração proposta é fundamental para corrigir um equívoco neste texto legal quanto as supressões de vegetação nativa. O texto alterado prevê a possibilidade de não autuação por supressão irregular em áreas de APP, reserva legal e uso restrito, que são áreas especialmente protegidas. Contudo, não abarcou a supressão irregular de áreas de vegetação nativa em áreas que não seja sujeita à proteção especial.

Tal alteração é necessária para compatibilizar o disposto no § 5º, ao contexto do art. 59.

Brasília, de junho de 2012

Deputado Carlos Magno

